



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 14052.003087/92-31
Recurso nº. : 12.527
Matéria : IRPF - Ex: 1991
Recorrente : PAULO MOTTA NARDELLI
Recorrida : DRJ em BRASÍLIA - DF
Sessão de : 18 de março de 1998
Acórdão nº. : 104-16.068

IRPF - NULIDADE DE LANÇAMENTO - A notificação de lançamento como ato constitutivo do crédito tributário deverá conter os requisitos previstos no art. 142 do CTN e art. 11 do Decreto nº. 70.235/72. A ausência de quaisquer deles implica em nulidade do ato, notadamente após a edição da Instrução Normativa nº. 54/97.

Recurso conhecido.
Lançamento anulado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por
PAULO MOTTA NARDELLI

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, CONHECER do recurso e, no mérito, ANULAR o lançamento, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros João Luís de Souza Pereira, Elizabeto Carreiro Varão e Leila Maria Scherrer Leitão que não conheciam do recurso.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE

MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE
RELATORA

FORMALIZADO EM: 15 MAI 1998



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA**

Processo nº. : 14052.003087/92-31
Acórdão nº. : 104-16.068

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº : 14052.003087/92-31
Acórdão nº. : 104-16.068
Recurso nº. : 12.527
Recorrente : PAULO MOTTA NARDELLI

R E L A T Ó R I O

PAULO MOTTA NARDELLI, jurisdicionado pela DRJ em Brasília - DF, foi notificado do lançamento do imposto de renda pessoa física, exercício de 1991, ano-base de 1990, quanto a glosa das deduções com contribuições e doações, despesas médicas e pensão judicial.

Irresignado, o autuado apresentou impugnação tempestiva, fls. 01, na qual solicita a suspensão da cobrança do imposto suplementar e anexou cópia do DARF, fls. 03 e documentos de fls. 04 a 22

Decisão de primeiro grau às fls. 49/52, entendeu a autoridade julgadora que os documentos dos autos são insuficientes para formar a convicção do julgador, entretanto, aceitou a documentação relativa a doações e a comprovação de despesas médicas e restabeleceu a dedução com pensão judicial no limite comprovado. Conclui por deferir em parte a impugnação apresentada e alterou o lançamento contestado.

O "AR" dando ciência da decisão "a quo" com data de 10.06.96, aos 23.07.96, o sujeito passivo interpôs recurso voluntário, fls. 56, justificando que perdeu o prazo do recurso por encontrar-se na Itália, anexa passagem aérea para sustentar sua alegação e junta documento que comprova o pagamento de pensão judicial.

Contra razões da Douta Procuradoria às fls. 65/67, aceita o desconto da pensão judicial porém, argumenta que o documento não foi apresentado na fase preparatória do processo, logo não foi examinado pela autoridade julgadora "a quo".


É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 14052.003087/92-31
Acórdão nº. : 104-16.068

V O T O

Conselheira MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, Relatora

Conheceu-se do recurso por preencher os requisitos de lei.

De fato, se aparentemente as datas impressas no aviso de recepção e no protocolo de recebimento do recurso voluntário poderiam induzir a conclusão de que este seria intempestivo, não é contudo a verdade material contida nos documentos acostados aos autos.

Isto porque, como demonstrou o contribuinte através da documentação de fls. 58/60, quando do recebimento, no exterior, quando do recebimento da notificação em que foi informado da decisão singular.

Ora, tanto a jurisprudência judicial quanto a administrativa, como ainda a Lei de Introdução ao Código Civil e o próprio Código de Processo Civil determinam que os prazos processuais correm a partir do conhecimento das partes interessadas.

É óbvio, que no caso presente, o ora recorrente só poderia ter tomado conhecimento da decisão denegatória de seu pleito quando adentrou o país, ou seja na data constante em seu passaporte e passagem aérea anexados aos autos.

Claro está que, é a partir desta data que começa a correr o prazo previsto na legislação processual fiscal, considero-o dentro do prazo, razão pela qual dele conheço.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 14052.003087/92-31
Acórdão nº. : 104-16.068

Antes de adentrar o mérito da questão, cumpre verificar a regularidade e legalidade processuais.

Nesse sentido é de se observar que a Notificação de Lançamento não contém o nome, cargo e matrícula da autoridade lançadora, o que afronta o artigo 142 do CTN e o artigo 11 do Decreto nº. 70.235/72.

Não bastasse, foi editada a Instrução Normativa nº. 54/97, que assim enfrenta a matéria nos seus artigos 5º. e 6º.:

"Art. 5º. - Em conformidade com o disposto no art. 142 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN) e do art. 11 do Decreto nº. 70.235, de 05 de março de 1972, a notificação de que trata o artigo anterior deverá conter as seguintes informações:

- I - sujeito passivo;
- II - matéria tributável;
- III - norma legal infringida;
- IV - base de cálculo do tributo ou da contribuição devida;
- V - penalidade aplicável, se for o caso;
- VI - nome, cargo, matrícula da autoridade responsável pela notificação, dispensada a assinatura;

Par. 1º. - A notificação deverá observar o modelo constante d Anexo único desta Instrução Normativa.

Art. 6º. - Na hipótese de impugnação do lançamento, o titular da Delegacia da Receita Federal de Julgamento - DRJ da jurisdição do contribuinte declarará, de ofício, a nulidade do lançamento, cuja notificação houver sido emitida em desacordo com o disposto no art. 5º., ainda que essa preliminar não tenha sido suscitada pelo sujeito passivo.

Par. 1º. - A declaração de nulidade não impede, quando for o caso, a emissão de nova notificação de lançamento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 14052.003087/92-31
Acórdão nº. : 104-16.068

Par. 2º. - O disposto neste artigo se aplica, inclusive, aos processos pendentes de julgamento."

Na esteira dessas considerações meu voto é no sentido de ANULAR o lançamento, face ao disposto no art. 5º., item VI da IN nº. 54/97, cujos termos estão adequados ao art. 142 do CTN e ao art. 11 do Decreto nº. 70.235/72.

Sala das Sessões - DF, em 18 de março de 1998

MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE